

E agora vem o populismo, a sorte ou a persistência?

QUAIS SÃO AS ALTERNATIVAS DE POLÍTICA ECONÔMICA EM 2001 E OS RESULTADOS PARA 2002

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

A mudança de atitude do governo nas últimas duas semanas é digna de nota. De vítima inocente (ainda que incompetente, não importa, depois do fato) de uma séria crise energética, que parecia inviabilizar a governança nos últimos três semestres de mandato, dá, agora, mostras de enfrentar o desafio. Tal enfrentamento da crise de desconfiança envolve medidas altamente impopulares perante a opinião pública, em um momento de baixa aprovação do governo pelo "público" das pesquisas. Um empurrão novo para as taxas de juros básicas interrompe as perspectivas de crescimento acelerado; a intervenção no mercado flutuante de divisas provoca o descrédito na "limpeza" do câmbio flutuante; o aprofundamento da reforma do Estado, cortando alguns cordões de alimentação do sistema financeiro federal, atiza a oposição dos defensores do próprio emprego ou das facilidades de ser devedor do governo. Há ainda um remendo de reforma tributária em discussão, na qual o governo parece sacrificar, ao altar da ineficiência econômica, a eliminação da famigerada CPMF. Tenta obter, em troca, a diminuição do espaço para a (possivelmente, mais destrutiva) guerra fiscal entre os Estados; maior controle da evasão tributária e a reafirmação de austeridade, consubstanciada em uma Lei de Diretrizes Orçamentárias. O resultado não é exatamente um so-

nho de arquiteto de modelos de política fiscal, mas, pelo menos, consolida uma postura fiscal defensável para quem sofrer outro choque macroeconômico adverso. A mensagem é clara: não será por risco de descalabro fiscal em final de mandato que o governo FHC legará ao seu sucessor um quadro econômico deteriorado. Em suma, o governo reafirmou seu compromisso com a responsabilidade fiscal como núcleo central da estabilidade macroeconômica, mesmo quando esta estabilidade é testada por choques desfavoráveis.

A resposta da política econômica veio em boa hora. Pois quem retornasse ao País, depois de uma longa ausên-

cia, teria a impressão, pela leitura dos jornais das últimas semanas, de que este governo não só nada fez, como destruiu o paraíso herdado do mandato

Collor-Itamar. Afinal, 3/8 de mandato é muito tempo de governo para jogar a toalha e esperar pela vaia das urnas. Um governo eleito em cima da realização de uma obra notável de saneamento das finanças do Estado – que tirou esqueletos de dívidas eternas dos armários dos balanços públicos e foi capaz de enterrar a parte insepulta do sistema financeiro privado – só por muita incompetência da defesa poderia ser apresentado por seus adversários como um bando de intelectuais preguiçosos e corruptíveis, em conluio com políticos corruptos e banqueiros, nacionais e estrangeiros, corruptores, para extrair o sangue do povo e piorar a dis-

tribuição de riqueza.

Não há contrapropaganda que possa obscurecer – pelo realce do muito que resta a fazer e pela via do chavão eleitoral – a revolução que está sendo feita nas áreas de educação, de saúde e de reforma do Estado. Por maior que seja a incerteza gerada por uma dívida pública que rouba espaço do orçamento, o impulso sobre a economia dos próximos anos, gerado pelo ambicioso programa de investimentos na área de petróleo e gás natural (mais estimulado pela escassez de hidroeletricidade), não pode ser simplesmente enterrado por uma reativação de slogans enferrujados. Entre o fim do monopólio da Petrobrás e o deslanche dos investimentos que os leilões das áreas de prospecção vão permitir, há um esforço respeitável de criação de um sistema regulatório setorial empreendido pela ANP. Que precisa urgentemente ser completado em outras áreas sobre as quais existe pouca experiência de regulação no País. Há uma enorme necessidade de investimentos privados em áreas como saneamento básico, habitação, transportes e geração e transmissão de eletricidade. Não menos importante é a reforma do sistema regulatório da intermediação financeira, que permitirá criar o ambiente de segurança necessário para que a riqueza financeira gerada no País aqui permaneça sob regras claras. Há necessidade de proteger o poupador do sistema complementar, da ação dos aventureiros e dos estelionatários, que vicejaram à sombra do turbilhão inflacionário e da lentidão protelatória da Justiça. A proteção do devedor, em nome da defesa dos mais pobres, desmoraliza-

zou os contratos de empréstimo de prazo mais longo, enquanto a instabilidade dos juros e da moeda inviabilizaram o acesso dos mais pobres ao financiamento da casa própria.

Não há razão para que todo este esforço de reorganização econômica seja sepultado por um choque de oferta, ou pelas dúvidas acerca do caminho a seguir em termos de política de demanda. Enquanto os analistas se distraem decidindo se há uma bolha no câmbio a ser estourada pela intervenção do Banco Central, o imperativo é ter uma visão clara das opções de política. O governo optou corretamente pela reafirmação de uma política monetária e fiscal que redobre a confiança na gestão macroeconômica. Juros terão de subir enquanto não houver sinais claros de que os choques macroeconômicos de oferta não se traduzirão em nova onda de desorganização inflacionária, em uma economia que se tornou superaquecida. A alternativa de uma política monetária otimista que apresse a queda dos juros contando com os melhores cenários no mercado de energia significa jogar com a sorte. Outra alternativa seria uma política expansionista para defender o crescimento e o emprego a curto prazo, aceitando como argumento para expandir a demanda quando a oferta se contrai os estímulos que a expansão do consumo a curto prazo traria aos investimentos, como forma fácil de garantir para 2002 um cenário eleitoral favorável ao governo. Esta é, simplesmente, incompetente.

■ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio

O ESTADO DE SÃO PAULO

29 JUN 2001